

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO

15

**Os
Congregacionalistas**

**PUBLICAÇÃO DO SECRETARIADO
NACIONAL DE DEFESA DA FÉ**

OS CONGREGACIONALISTAS

•

•

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO 15

PE. DR. L. RUMBLE, M. S. C.

Os Congregacionalistas

PUBLICAÇÃO DO
SECRETARIADO NACIONAL DE DEFESA DA FÉ
EDITORA VOZES LIMITADA
1959

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TROPOLIS. FREI DESIDÉRIO KALVER-
KAMP, O. F. M. PETROPOLIS, 2-III-1959.

Título do original inglês: The Congregationalists.
Publicado pelos Fathers Rumble & Carty, Saint Paul 1,
Minn. U. S. A.
Copyright by the RADIO REPLIES PRESS

OS CONGREGACIONALISTAS

O Congregacionalismo começou na Inglaterra em meados do século XVI, chamando-se "Independentes" os seus primeiros patronos, consoante a sua teoria de que quaisquer cristãos eram livres de fazer um pacto com Cristo e uns com os outros, e assim formarem uma Igreja independente de qualquer autoridade que não êles mesmos, civil ou eclesiástica.

Foi na América que o termo "Congregacionalistas" foi primeiramente adotado, para definir a estrutura interior da Igreja antes que uma posição meramente histórica independente de "Papa ou Prelado, Presbitério, Parlamento ou Príncipe". Os Independentes ingleses tomaram o nome Congregacional dos colonos da Nova-Inglaterra.

Qualquer tipo de organização em que a Igreja local fôsse independente e auto-suficiente seria, naturalmente, congregacional em govêrno, como oposta às Igrejas Episcopalianas ou Presbiterianas. Nesse sentido, os Batistas, os Discípulos e os Unitários são congregacionalistas. Mas o termo "Congregacionalistas" foi reservado à particular denominação protestante a ser descrita neste livrinho. E a história dela deveria ser de interêsse único para todos os Americanos, envolvendo, como envolve, a história inteira do "Mayflower" e a chegada dos "Pais Peregrinos" ao solo americano.

OS PRIMÓRDIOS

A tradição Congregacional está inseparavelmente unida com o aparecimento do Partido Puritano dentro da Igreja Anglicana.

Quando, em 1534, Henrique VIII repudiou a autoridade, até então reconhecida, da Igreja Católica, em favor da sua própria supremacia tanto espiritual como temporal, não quis outras modificações religiosas. Por isto resistiu a todos os esforços para introduzir na Inglaterra os ensinamentos dos reformadores protestantes do Continente da Europa.

Todavia, por morte d'ele, durante o reinado do rei-menino Eduardo VI (1547 - 1553) as barreiras foram removidas, e tanto o Calvinismo como o Luteranismo obtiveram ampla influência. Esta foi contida pela ascensão da rainha Maria, 1553-1558, ascensão que acarretou a restauração do Catolicismo. Como consequência disto, muitos clérigos e leigos que haviam simpatizado com o Protestantismo fugiram para o estrangeiro, para a Holanda e para a França, para a Alemanha e para a Suíça. Quando Isabel, 1558-1603, sucedeu no trono, êsses exilados voltaram para a Inglaterra mais do que nunca afetados de Calvinismo e de Luteranismo, conforme o caso. Mas acharam a Rainha não simpática à causa. Ela estava inclinada a restaurar a Igreja na Inglaterra como esta fôra sob Eduardo VI; e a sua manutenção do governo Episcopal juntamente com muitos dos velhos ritos e cerimônias provou-se ofensiva aos que haviam voltado do estrangeiro.

Os fugitivos regressados sentiram que as reformas propostas sob Isabel não iam bastante longe. Para êles até mesmo o Segundo Livro de Oração de Eduardo VI parecia puro "Papismo". Por isto determina-

ram exercer tôda a possível influência para "purificar" tanto os credos como as práticas da Igreja Anglicana conforme restabelecidas por Isabel. Daí o nome de "Puritanos" dado a essa facção dentro da Igreja da Inglaterra, facção que visava a ganhar a ascendência e a moldar o Anglicanismo de acôrdo com os seus próprios desejos.

Desesperando, contudo, dêsses métodos lentos, outros sentiram que a única coisa a fazer era abandonar a Igreja da Inglaterra e fundar Igrejas independentes de acôrdo com planos e especificações inteiramente novos. Assim surgiu a "Independência". Êsses Independentes Puritanos rejeitavam tôdas as idéias Calvinistas, Luteranas e Elisabetanas de reformar qualquer "Igreja existente". Declararam sob reforma tôdas as Igrejas anteriores, e que o "Povo do Senhor" deveria afastar-se completamente e formar novos grupos voluntários ligados pela sua própria "Aliança" para servir a Deus, escolhendo os seus próprios funcionários, e ordenando os membros mais dignos pela imposição das suas próprias mãos.

A idéia total da "Igreja" como antigamente entendida foi, portanto, ab-rogada. A congregação local e independente devia ser tudo o que importava.

FUNDO DE CENA PURITANO

Como vimos, alguns Puritanos ficaram na Igreja da Inglaterra, ao passo que outros a deixaram para se tornarem Independentes. Êstes últimos julgavam impossível obter ministros religiosos por qualquer sistema de autorização episcopal. O que, no entender dêles, era preciso era um "povo congregado" que tivesse feito um pacto entre si para viver vidas boas, individual e coletivamente. E só de entre os seus pró-

prios membros religiosos podiam êles esperar achar alguém capaz de ser incumbido de pregar a Palavra de Deus.

Mas os Puritanos, quer se conformassem à Igreja da Inglaterra quer não, eram todos ardorosos sectários dos ensinamentos de Calvino, outros que os relativos ao governo eclesiástico, os quais só os Presbiterianos aceitavam. E os ensinamentos de Calvino não os tornavam gente muito agradável. No seu livro "Puritans and Anglicans", E. Dowden escreveu: "O êrro cardinal dêles residiu numa concepção estreita de Deus como o Deus só da justiça, e não como o Deus da alegria e da beleza e da luz intelectual".

Também, a sêres humanos que se acreditam misteriosamente escolhidos para serem santos enquanto outros são deixados como réprobos, é muito difícil evitar a autocomplacência, e a intolerância para com todos os modos de ver exceto o seu próprio. A. C. Benson disse que os Puritanos "esqueceram-se de que a capacidade para a beleza em coisas naturais também era, afinal de contas, obra de Deus. Escapava-lhes que, quando êles clamavam pela Bíblia e por nenhuma outra coisa a não ser a Bíblia, tudo o que tinham em mente eram textos que êles próprios escolhiam". E muitos dos seus textos eram em apoio de uma religião sombria e repelente, sofrendo de reações exageradas contra os abusos que êles pensavam retificar.

Sidney Dark escreveu recentemente: "A principal ocupação do Puritano era impedir os outros de fazerem aquilo que êle mesmo não tinha querido fazer. Para êle, com um passaporte no bôlso para o céu, podia ser conveniente e direito evitar todos os prazeres mundanos, e passar o seu tempo naquilo que para os não-regenerados podia parecer uma rara pre-

paração para a eterna bem-aventurança. Mas ele não se contentava com condenar-se a si mesmo a uma horrível tristeza; persistentemente se esforçava por impor a sua sombria prática a outros que não compartilhavam a sua fé fantástica... Macaulay escreveu: O Puritano odiava a "caça-ao-urso", não porque ela fizesse sofrer o urso, mas porque dava prazer aos espectadores" ("The Passing of the Puritan", p. 9).

Tal Puritanismo está realmente passando, mesmo como o Calvinismo, do qual ele era um legado. Mas ele respondeu em larga extensão pela inflexível determinação dos primitivos Independentes de se afastarem de todas as Igrejas existentes, em favor de uma vida severa e de outro mundo, que eles mesmos não podiam esperar manter. E certamente nenhum dos seus descendentes voltaria a ele hoje. O fundo de cena Puritano prestado à Independência não passa de um fundo de cena.

ROBERT BROWNE

A primeira pessoa a confiar à escrita as novas idéias da Independência como governo de Igreja foi Robert Browne, clérigo anglicano que nascera em Toplethorpe em 1550, durante o reinado de Eduardo VI.

Sob Isabel, Browne fizera-se clérigo anglicano, mas adquirira novas idéias de religião das descrições, feitas por alguns refugiados holandeses, das Igrejas Calvinistas Reformadas da Holanda. Convenceu-se de que o reino do céu na terra consta, não de pessoas batizadas despreocupadas da sua conduta subsequente, mas somente das poucas pessoas dignas que são devotadas à Palavra de Deus e que vivem santamente. Ademais, decidiu que era inútil esperar reforma por meio de quaisquer autoridades existentes, civis ou eclesiásticas. A gente sincera e boa deveria ignorar a

Igreja estabelecida e fundar a sua pequena sociedade, independente de todos os Sinodos e Convocações, ou de qualquer autoridade exterior.

Foi então para Norwich em 1580, onde começou a pregar essas idéias, atraindo numerosa congregação. Os seus sectários, que ficaram sendo conhecidos como os "Brownistas", obrigavam-se por um "Pacto" religioso a guardar as Leis de Deus sob a chefia de Cristo, e a recusar tôda companhia impia com pessoas más.

Todavia, antes de decorrido um ano, Robert Browne foi lançado em prisão pelas suas denúncias do episcopado e da Igreja Elisabetana. Libertado em 1582 foi, com alguns sectários para Middelberg, Holanda, a fim de ali fundar uma comunidade de acôrdo com os seus novos princípios. Em Middelberg, escreveu o seu livro sôbre "Reformation Without Tarrying for Any"; e um segundo livro sôbre "Free Christians", no qual expunha a sua doutrina sôbre "Independência Congregacional".

Browne sustentava que todo cristão verdadeiro é uma pessoa espiritual, com deveres de rei, de sacerdote e de profeta a serem exercidos sob a chefia de Cristo. A Igreja era uma corporação de tais crentes, unidos por um pacto voluntário. Todos os membros da Igreja tinham iguais direitos a todos os privilégios e funções, embora alguns devessem ser nomeados pela congregação como ministros. Mas a autoridade eclesiástica consiste sômente na supremacia de Cristo sôbre as Igrejas locais, interpretando cada membro individualmente a Bíblia sob a guia do Espírito Santo. As congregações locais devem ser absolutamente independentes, não tendo sôbre elas autoridade de qualquer espécie nenhuma outra corporação na terra. Seria bom, entretanto, para as diferentes congregações

locais, estarem ligadas umas às outras em mútua confraternidade, e procurarem conselhos umas das outras no caso de surgirem dificuldades.

Tais eram os principais característicos dos ensinamentos de Browne, como opostos ao episcopalismo e ao presbiterianismo.

Infelizmente para a causa, o próprio Browne era um homem de caráter versátil, violento e teimoso, e sujeito a muitas fraquezas morais. Dentro em dois anos, a sua comunidade em Middelberg fôra cindida por dissensões internas. Em 1584, êle abandonou a empresa, e foi para a Escócia, onde os Presbiterianos o aprisionaram. Ao ser liberto da enxovia, voltou para a Inglaterra, renunciou ao seu ensino sobre independência, e em 1591 foi reintegrado como clérigo anglicano. Pelos 42 anos restantes da sua vida foi Reitor de uma paróquia da Igreja da Inglaterra, tempo durante o qual publicou uma defesa dos seus modos de ver mudados. Morreu em 1633, sendo ainda clérigo anglicano beneficiado.

SEPARATISTAS INGLÊSES

Embora Robert Browne houvesse retornado à Igreja da Inglaterra, repudiando a sua doutrina sobre a Igreja, contudo os seus princípios não desapareceram de existência. Os Puritanos, que estavam rapidamente crescendo em número, continuaram a mantê-los. Verdade é que muitos dêsses Puritanos ficaram na Igreja da Inglaterra, ou por principio, por desaprovarem fortemente tendências para o cisma, ou por timidez, temendo as penalidades impostas por Isabel para forçar a uniformidade de religião. Mas êstes continuaram a protestar, de dentro da Igreja Anglicana, contra a sobrevivência de doutrinas e práticas católicas.

Todavia, outros entre os Puritanos recusaram-se a aceitar o Regime Elisabetano. Dirigiram um memorial à Rainha sobre o dever de se separarem da Igreja Anglicana "até que fôsem postos de lado as superstições e mandamentos dos homens, e até que a pureza e verdade da Igreja Apostólica fôsse restaurada de acôrdo com o Livro do Senhor". Eles não duvidavam de que tinham idéias certas do que a Igreja Apostólica devia ser, não desanimados por tôdas as contradições existentes entre êles mesmos! Porque êsses "Puritanos Separatistas" de modo algum concordavam sobre o que devia ser a natureza das Igrejas Independentes. A maioria dêles formavam Igrejas moldadas no Calvinismo genebrino e no Presbiterianismo escocês.

Outros, porém, seguiram os princípios brownistas, declarando que o Papado, a Prelazia e o Presbiterianismo eram apenas três formas de uma só e grande apostasia, e insistindo em que a verdadeira Igreja consiste em grupos individuais de gente santa sob direcção própria, e inteiramente independentes de qualquer contrôle mais amplo. Isto significava o "Congregacionalismo" estritamente chamado, embora o termo ainda não houvesse sido adotado.

Em 1592, os Separatistas John Greenwood e Henry Barrowe fundaram a primeira Igreja dessa espécie em Londres, sendo Francis Johnson eleito pelos seus membros como seu ministro. Mas em 1593 tanto Greenwood como Barrowe foram executados, devido ao rigor de Whitgift, Arcebispo de Cantuária; e Francis Johnson foi banido do reino por toda a vida. Mas o "Separatismo" não foi tão facilmente extinto. Havia naquele tempo pelo menos vinte mil adeptos do movimento na Inglaterra, formando algumas dúzias de pequenas congregações em várias partes do país.

TEMPOS PÓS-ELISABETANOS

Isabel morreu em 1603. Mas a sua política foi continuada por Jaime I (1603 - 1625) e por Carlos I (1625 - 1649). Contudo, os Separatistas cresceram firmemente em número, a despeito da ferrenha perseguição.

Uma congregação de particular interesse, como veremos mais adiante, foi a estabelecida em Scrooby, Nottinghamshire. Ali, William Brewster e John Robinson haviam erigido uma sociedade de Independentes, da qual Brewster era o "Mais-velho Governante", e Robinson o "Ministro". Em 1608, esse grupo foi forçado a fugir do país para Amsterdam, e dali para Leydon, na Holanda, onde viveu, durante cerca de doze anos, de acordo com os princípios "congregacionais".

Enquanto isso, na Inglaterra os Independentes, sobre linhas ou "Presbiterianas" ou "Congregacionais", continuaram a crescer em força. Finalmente conseguiram o controle do Parlamento, e mandaram para o cêpo tanto Carlos I como o Arcebispo Laud de Cantuária. Havendo sido eliminados esse "líderes" do Estado e da Igreja, sucedeu o Período da Commonwealth, sob o Protetorado de Olivério Cromwell, o qual durou onze anos.

Isso significava o estabelecimento virtual da Independência como religião nacional. Não significava a defesa da liberdade democrática, ou politicamente ou religiosamente. Cromwell era um Calvinista, convicto de estar agindo de acordo com a Vontade Divina, fizesse como fizesse. E provou ser tão tirânico e intollerante como os reis Stuart que ele suplantara. Tem sido proclamado que o princípio de "Igrejas livres e voluntárias" foi permanentemente estabelecido duran-

te o período cromwelliano. Mas não era liberdade em todos os sentidos. Era liberdade para os Independentes, e não para os Católicos e Anglicanos. E as grandes oportunidades para o incremento da Independência sob Cromwell levaram ao aparecimento de mais de 200 variedades diferentes de pequenas seitas protestantes. Conventículos livres e desorganizados brotaram por toda parte na Inglaterra, e reinou a anarquia religiosa.

No meio de semelhante caos, vieram da América notícias das Igrejas Puritanas ali recém-formadas. O povo começou a indagar acerca do "Sistema da Nova-Inglaterra"; e tanto o sistema ali como o seu nome "Congregacionalismo" foram introduzidos na Inglaterra. Os ministros Congregacionais ocupavam grande proporção das igrejas paroquiais, e a Igreja da Inglaterra como estabelecida por lei parecia condenada.

Todavia, a Restauração dos Stuarts, com o retorno de Carlos II e o restabelecimento da Igreja da Inglaterra em 1660, forçou mais uma vez todos os Independentes, Presbiterianos, Batistas, Congregacionalistas e outros, à não-conformidade, condição que eles mantiveram até o dia de hoje.

OS PEREGRINOS DO "MAYFLOWER"

Foi a comunidade de Scrooby, exilada da Inglaterra para a Holanda em 1608, que veio a ser o elo de ligação entre o Congregacionalismo inglês e o americano.

William Brewster (1560 - 1644), de Scrooby, Nottinghamshire, iniciara uma "comunidade congregada de almas eleitas" que se reuniam para culto na própria casa dele. Ele era o seu "Mais-velho Governante", enquanto que John Robinson (1576 - 1625) foi escolhi-

do como ministro do novo grupo. Robinson fôra ordenado clérigo da Igreja da Inglaterra, mas fôra suspenso, por não-conformidade, em 1603.

Em 1608 essa comunidade foi para a Holanda a fim de formar, em Leydon, a primeira Igreja definida sôbre linhas congregacionais. Mas a luta econômica provou-se demasiado severa. Após doze anos tornou-se abundantemente claro que não havia prosperidade futura para êles no seu país de adoção, e que era imperativo ir para qualquer outro lugar. Mas êles não podiam voltar para a Inglaterra sem se conformarem com o Anglicanismo ou serem punidos como rebeldes contra a Igreja do Estado. Por isto, volveram-se para a América.

Em 1619, Brewster conseguiu um privilégio da Virginia Company para uma concessão de terras nas Colônias. Robinson organizou um grupo de 102 emigrantes, embora êle mesmo não fôsse com êles, ficando na Holanda, para morrer em Leydon em 1625. "Sênior Brewster" acompanhou os emigrantes como chefe, zarpando a expedição da Holanda no "Mayflower", e chegando à costa americana a 20 de dezembro de 1620. Aportaram a Plymouth, perto de Cape Cod, e imediatamente começaram a fundar a sua colônia sob a direção de Brewster. Religiosamente, êste ficava sendo o mestre e pregador dêles durante aquêles primeiros anos, embora, devido à sua falta de ordenação, não administrasse a Ceia do Senhor. Os princípios congregacionais ainda não haviam chegado à fase de afirmar que todos os crentes eram aptos para tôdas as funções na Igreja.

DESENVOLVIMENTOS AMERICANOS

Os 102 Peregrinos que haviam aportado a Plymouth em 1620 sentiram-se agora livres para adorarem a Deus a seu modo, sem qualquer interferência por parte da detestada autoridade da hierarquia papal, do episcopado anglicano ou do regime presbiteriano. Porém logo surgiram dificuldades com a onda de imigrantes provenientes dos portos ingleses e holandeses. A perseguição feita aos não conformistas na Inglaterra por Carlos I e pelo Arcebispo Laud resultou num êxodo puritano, chegando para mais de 22.000 novos colonos à Nova-Inglaterra entre 1620 e 1640.

Muitos dos recém-vindos, que se estabeleceram em Massachusetts Bay, eram Independentes-Presbiterianos e Anglicanos-Puritanos, sendo que estes últimos excediam em número os primeiros. Estes últimos tinham achado o Arcebispo Laud demasiado ritualista, e esperavam estabelecer para si mesmos, na sua nova pátria, uma Igreja de Inglaterra purificada. Mas, dentro em não muito, praticamente tudo derivara para o sistema presbiteriano. Eles não tinham bispos, e logo adotaram o princípio de que cada congregação tinha o direito de escolher e ordenar os seus ministros. Isto rompia com a inteira doutrina e prática da sucessão episcopal como mantida na Inglaterra; e o novo princípio foi levado tão longe, que, a 20 de julho de 1629, Francis Higginson e Samuel Skelton, que haviam sido ambos ordenados clérigos da Igreja da Inglaterra, foram reordenados em Salem, Massachusetts, por uma imposição de mãos congregacional.

A união dos colonos levou a uma luta entre as idéias presbiterianas dos Puritanos em Massachusetts Bay e as idéias Independentes dos grupos de Plymouth. O resultado foi um compromisso chamado o "Sistema

da Nova-Inglaterra", ou o "Sistema Congregacional", que parece ter sido o primeiro uso oficial d'êste último t'ermo; t'ermo adotado mais tarde, como vimos, pelos Independentes na própria Inglaterra. Cada Igreja local devia manter a sua independência, como oposta à dominação por qualquer "Presbitério", embora ligada, por uma relação consultiva, com outras Igrejas vizinhas.

Esta nova "Igreja Congregacional" logo se tornou a Igreja estatal de Massachusetts e, mais tarde, da maior parte da Nova-Inglaterra, gozando do amparo do Estado tanto legal como financeiramente. Era uma estranha inconsistência que os Independentes vindos da Inglaterra, que ali tanto objetavam contra uma Igreja estatal, viessem a introduzir condições similares nas Colônias!

Os resultados não foram felizes. Os Ministros tornaram-se naturalmente pessoas de poder político desordenado, ditando a política do Estado por formas severas e intolerantes. Os puritanos da Nova-Inglaterra podem ter-se alegrado com a sua liberdade para desenvolver uma Igreja sem "Papa ou Prelado, Presbitério ou Príncipe", mas uma tirania de outra espécie substituiu a autoridade que fôra repudiada. Em "The Scarlet Letter" Nathaniel Hawthorne descreve o horrível regozijo dos Puritanos pelo castigo público dos malfetores, daqueles que ousavam dissentir do Evangelho como pregado pelos ministros, e resistir aos esforços d'êstes para impor o jugo do Puritanismo à cerviz do povo americano. Assim reinou a severidade puritana, e os perseguidos só haviam fugido da Inglaterra para se tornarem perseguidores nas Colônias. Willard L. Sperry, também Congregacionalista, e Deão da Escola de Teologia na Universidade de Harvard, escreve: "Depois

de haverem defendido as suas próprias liberdades religiosas, eles deixaram de conceder aos outros a tolerância que eles mesmos haviam procurado e não obtido na Inglaterra. Havendo-se constituído em Igreja, eles foram desviados, sendo chefe entre eles uma senhora famosa e algo psicopática chamada Anne Hutchinson, e aquêle cavalheiro de mentalidade ultra-independente, Roger Williams. Esses exilados vieram a ser os fundadores de Rhode Island. Os batistas em geral sofreram interdições jurídicas, senão expulsão. Não havia lugar para os Católicos Romanos. Em particular os Quakers receberam o tratamento mais cruel, e não é nenhum conforto para qualquer descendente daqueles avoengos lembrar-se de que quatro Quakers foram devidamente enforcados na Comuna de Boston" ("Religion in America", pp. 33-34).

O Congregacionalismo manteve a sua prioridade nos Estados da Nova-Inglaterra até meados do século XIX. A separação final entre a Igreja e o Estado em Massachusetts veio no ano de 1833, devido à passagem de tantos Congregacionalistas do ensino Trinitário ortodoxo para o Unitarismo. Os Congregacionalistas ortodoxos objetavam contra o pagamento de tributos para sustentar Igrejas nas quais a Divindade de Cristo era abertamente negada. No litígio que se seguiu, os Unitários tornaram-se uma denominação distinta da dos Congregacionalistas, conservando as propriedades eclesiásticas onde estavam em maioria. As minorias ortodoxas tiveram de edificar novas igrejas para si mesmas. Daí encontrar-se na Nova-Inglaterra, em muitos lugares, uma "Primeira Igreja-Unitária Congregacional" e uma "Segunda Igreja-Trinitária Congregacional".

Com a desoficialização, e com o rápido crescimento dos Estados Ocidentais, o Congregacionalismo come-

çou a falhar em números proporcionais, embora o seu Puritanismo tivesse tido uma firme influência na vida Americana, da qual a "Experiência de Proibição" (Lei Sêca) foi uma das suas mais recentes manifestações.

ORDEM ECLESIASTICA

Quando nos volvemos para um estudo da constituição do Congregacionalismo, achamos um sistema que dista como os pólos das corporações Episcopal e Presbiteriana. Estas últimas insistem num senso corporativo, constituindo as suas muitas Igrejas locais a Igreja Episcopal ou a Igreja Presbiteriana, conforme o caso. Mas o Congregacionalismo é individual e local em concepção. Muitos Congregacionais procuram negar isto, insistindo em que o Congregacional pensa em termos do corpo universal dos cristãos, e não meramente do seu grupo local. Mas êstes modos de ver são devidos a um moderno desenvolvimento não acorde com os ensinamentos originais.

Quanto ao ensino original mais autêntico do Congregacionalismo, devemos volver-nos para a "Declaração de Savóia". Em 1658, pelo fim do seu regime na Inglaterra, Olivério Cromwell permitiu que se reunisse um Sínodo dos Independentes ou Congregacionalistas e que formulasse a "Declaração de Savóia" sobre a fé e a ordem das suas Igrejas. Essa "Declaração de Savóia" forneceu a Carta básica para a qual os Congregacionalistas têm apelado por mais de 200 anos; e ela rejeitava expressamente tôdas as idéias de unidade orgânica das suas Igrejas.

Um sumário da doutrina dela é como segue. O Senhor chama os eleitos individualmente, mas mandalhes associar-se para mútua edificação e culto públi-

co. Cada associação local é a "Igreja" no sentido pleno do termo, e não sujeita a qualquer jurisdição exterior. Os funcionários da Igreja, pastôres, mestres, mais-velhos e diáconos são escolhidos por votos dos membros, e postos à parte solenemente em jejum e oração, com imposição das mãos pelos mais-velhos da congregação. A essência do chamado para o ministério consiste na eleição pelos membros da Igreja. Um Sínodo de "Igrejas" associadas pode ser consultado em matérias mais graves, porém tal Sínodo só pode oferecer conselho, e de modo algum pode ter autoridade para mandar ou coagir.

Tal era o ensino da Declaração de Savóia, insistindo na completa independência de cada congregação local. Mas semelhante falta de organização corporativa e de autoridade deixava o Congregacionalismo prêsa fácil das incursões do racionalismo e da infidelidade. Como já vimos, muitas Igrejas resvalaram para o Unitarismo, e hoje em dia, visto que cada Igreja tem o seu estatuto de crença, o seu pacto entre seus membros e a sua ordem de culto público, não há consistência, e as divergências vão-se tornando cada vez mais notáveis. O Congregacionista de uma localidade poderia muito bem sentir-se inteiramente perdido numa Igreja Congregacional em qualquer outra parte.

Por isto os Congregacionalistas estão tendendo para modificar os seus princípios de "democracia" e de "individualismo" em matéria de religião, e procuram conseguir mais uniformidade, instaurando organizações centrais, cessando de conceder autoridade real a quartéis-generais denominacionais. Têm sido formadas Uniões Congregacionais tanto em base estadual como em base nacional, às quais muitas Igrejas aderem, embora nenhuma seja forçada a fazê-lo.

Na Inglaterra, uma "União Congregacional da Inglaterra e de Gales" foi formada em 1833. Mas a tendência dela foi sempre para a assunção de maior autoridade na prática, modificando a independência das congregações locais. Em 1871, essa União Inglesa, para pôr um paradeiro nas divergências e na desintegração, publicou uma "Declaração de Fé, da Ordem eclesiástica e da Disciplina dos Congregacionalistas ou Dissidentes Independentes"; e deu providências para a realização de reuniões anuais sob um Presidente a ser eleito cada ano. Obviamente, o movimento é na direção de um Presbiterianismo que os primeiros Congregacionalistas rejeitaram com repugnância quase invencível! Em 1919, nove "Moderadores" foram nomeados na Inglaterra e no país de Gales para regularem a escolha dos ministros e inspecionarem os negócios das várias Igrejas nas áreas apontadas.

O Congregacionalismo americano sempre foi de caráter mais orgânico do que o da Inglaterra. Teoricamente, êle ainda insiste em que cada congregação local é completamente independente. Mas, na prática, nenhuma Igreja local é reconhecida como "Congregacional" a não ser se recebida na comunidade pelas Igrejas do seu distrito. Nem qualquer ministro pode ser nomeado sem a aprovação da "Associação" clerical, à qual os ministros devem pertencer. Na América também há, pois, uma "União Congregacional" que decide quais as Igrejas que apoiará e quais os ministros que reconhecerá. O Congregacionalismo tem mudado largamente de tom. E a idéia de que cada congregação local é uma associação voluntária de crentes totalmente independente está cedendo o passo à idéia de que ela seria apenas a corporação local da "Única Igreja de Cristo" — situação que sempre foi sustentada pela Igreja Católica!

Esta tendência do Congregacionalismo tem dado, naturalmente, nascimento, entre os seus adeptos, a tensões que parecem desafiar solução. Para os individualistas, qualquer movimento no sentido de organização com autoridade confiada a um grupo central parece fazer violência a cada consciência individual, proibindo-a de exercer o seu próprio julgamento em assuntos religiosos. Este aspecto foi bem expresso pelo sr. Ralph P. Coleman Jr., numa carta à revista "Time" de 4 de outubro de 1948. Escrevendo com referência ao "Concílio Mundial das Igrejas", que havia pouco se reunira em Amsterdam, dizia êle: "O principal alvo do Concílio parece ser uma Igreja Protestante Unida. Mas acaso uma Igreja Protestante Unida não é uma verdadeira contradição da pedra angular do Protestantismo, que permite a interpretação individual da Bíblia antes que a interpretação de Igreja? Uma Igreja Protestante Unida não representaria uma espécie de Catolicismo Protestante, algo que sujeitaria e subordinaria o indivíduo à Igreja por amor da unidade orgânica? Ao menos teologicamente, a falta de unidade não é o verdadeiro coração do Protestantismo?"

Aí fala o verdadeiro "Independente" ou "Congregacionalista". Porém a maioria dos seus companheiros Protestantes começam a capacitar-se de que essa posição originária se baseava em princípios errados. Qual será o desfecho desse conflito, ninguém pode prever; mas a aparência é que o Congregacionalismo eventualmente deixará de existir em tudo quanto pareça o seu significado original.

O MINISTÉRIO

No tocante ao ministério, os Congregacionalistas começaram com a doutrina protestante aceita, de que não

existe sacerdócio especial na Igreja, mas sim todos os crentes têm iguais poderes e privilégios. Verdade é que eles distinguiam entre pastôres leigos com encargo de algumas Igrejas, e ministros que haviam sido ordenados. Porém a ordenação, geralmente por imposição das mãos, mas, às vezes, meramente dando "a mão direita da confraternidade", era apenas o reconhecimento do chamado interior de Deus inspirando um candidato a se oferecer voluntariamente para a obra ministerial.

Todavia, vai crescendo a crença de que esse mesmo reconhecimento confere uma nova autoridade, sem a qual seria presunção dizer que se cumprem sequer no mínimo os deveres de um ministro. Contudo, os próprios que admitem essa autoridade especial negam ser ela devida a qualquer poder inerente concedido ao ordenado. Declaram que ele é e fica sendo poder da Igreja ordenadora. Por isto Bernard L. Manning, leigo Congregacional, falando ao povo de uma Igreja local por ocasião da ordenação do ministro desta, disse: "Não vos enganeis sobre isto. Nenhum bispo, nenhum arcebispo, nenhum papa pode fazer mais pelo vosso ministro do que o fizestes vós esta noite. Conferistes-lhes tudo o que a Santa Igreja Católica pode conferir! A incumbência do próprio Cristo: Apascenta os meus cordeiros; apascenta as minhas ovelhas" ("A Layman in the Ministry", p. 154). Mais tarde ele escreveu: "Os Congregacionalistas consideram tão enfaticamente quer a pregação quer a administração como atos da Igreja, que a ausência de um ministro não impossibilita qualquer delas" ("Towards Reunion", p. 57).

E' difícil saber se o sr. Manning acreditava que a ordenação entre os Congregacionalistas dá tanto quanto uma ordenação episcopal, ou se pensava que a or-

denação episcopal dá tão pouco como a do Congregacionalismo. E a coisa não é tornada clara pelo fato de, enquanto a seleção e a nomeação de um ministro estão dentro da competência de uma Igreja local, ter-se tornado costume quase não infringido serem ministros e mais-velhos de Igrejas vizinhas convocados como assistentes, em associação com a Igreja ordenante.

Uma coisa é certa. Todos os Congregacionalistas negam a existência de poderes sacerdotais transmitidos por Sucessão Apostólica de Bispos. A Ordenação, no sentido Congregacional da palavra, é admissão a um ofício, e não realmente a uma ordem; e em sentido nenhum é um Sacramento. A essência do rito é o sentimento, experimentado dentro de si pelo candidato, de um "Chamado Divino", e a sanção externa da persuasão dele pela congregação que o aceita. A imposição das mãos não é mais do que o reconhecimento do fato de haver a Igreja local decidido que o candidato pode ser ministro. Ela não outorga nenhum poder espiritual, mas reconhece a escolha feita pelos membros. E, assim como a congregação local escolhe o seu ministro, também pode demiti-lo. Na prática, esta dependência da boa-vontade da congregação tende a gerar uma indébita subserviência do ministro aos membros mais influentes dela, e a acender no clero Congregacional um anseio por maior segurança de situação.

Porém vantagens ou desvantagens no sistema são coisa inteiramente secundária para a questão vital de saber se é sólida em si mesma a doutrina do ministério conforme sustentada pelos Congregacionalistas. Este assunto eu discuti-o num livrinho congênere intitulado "Os Presbiterianos", o qual se pode obter dos mesmos editores deste aqui. Tudo o que eu ali disse

do ministério Presbiteriano aplicar-se-ia igualmente ao ministério dos Congregacionalistas. Em nenhum dos casos podem as doutrinas sustentadas conciliar-se com o que o Novo Testamento regista.

ENSINAMENTOS

Os Congregacionais sempre tenderam para considerar a fé não como crença em qualquer conjunto de verdades reveladas, mas sim como uma confiança em Deus pessoalmente experimentada, e como uma vontade de servi-lo de acôrdo com as tradições puritanas dêles. Como consequência disto, não pode ser dado nenhum estatuto doutrinal autoritário obrigando todos os Congregacionalistas.

No comêço da Independência, os ensinamentos de João Calvino foram tomados como pressupostos. Todos os Independentes eram praticamente Calvinistas em tudo, exceto em matéria de forma e de govêrno. Verdade é que alguns dos Independentes queriam o contrôle presbiteriano como oposto ao contrôle episcopal da Igreja da Inglaterra. Porém a maioria não queria contrôle nenhum, nem presbiteriano nem episcopal, e sim a completa independência de cada congregação. Contudo, ninguém sentiu qualquer necessidade de insistência sôbre crenças doutriniais. A teologia de Calvino foi aceita por todos.

Por isto os Independentes Congregacionais fizeram do "Pacto" com Deus e uns com os outros, antes que de qualquer "Credo" firmado, a base da associação nas suas Igrejas; e o seu "Pacto" era curto e simples:

"Pactuamos com o Senhor e uns com os outros; e na sua presença nos obrigamos a trilhar juntos todos os seus caminhos, conforme Lhe aprouve revelar-se a nós na sua bendita Palavra de Verdade".

Mas que "bendita Palavra de Verdade" de Deus

era essa? Era impossível fugir a qualquer esforço para defini-la. A Assembléia de Westminster tentara fazê-lo em 1643. Nessa Assembléia estiveram presentes, com os Anglicanos e Presbiterianos, cinco ministros e dez leigos Congregacionais. Mas os Anglicanos abandonaram a Assembléia quando os Presbiterianos e Congregacionais condenaram o episcopado. Então os Congregacionais, embora concordando com os Presbiterianos em afirmar os ensinamentos doutrinários de Calvino, fizeram objeção à exigência de governo das Igrejas por um "Presbitério" constitucional.

Quando, pois, no Período da Commonwealth, sob Olivério Cromwell, os Congregacionalistas ficaram em ascendência, reuniram-se no Palácio Savóia em Londres, e em 1658 publicaram uma "Declaração da Fé e da Ordem confessadas e praticadas nas Igrejas Congregacionais na Inglaterra". Essa Declaração revia e aumentava a Confissão de Westminster, afirmando ainda mais fortemente as doutrinas calvinistas em geral, e a predestinação em particular, mas insistia no princípio dêles de absoluta liberdade para as congregações locais.

Porém a crença nas verdades dos ensinamentos doutrinários de Calvino não tardou a ser solapada em grande extensão. Em 1739 John Wesley iniciou a sua missão histórica, pregando o arrependimento e a conversão, e declarando a salvação possível para todos os homens de boa-vontade. Rejeitou completamente a teoria de Calvino da eleição e predestinação. E cada corporação protestante na Inglaterra foi profundamente influenciada pelos ensinamentos de Wesley, inclusive os Congregacionalistas. Por isto, no sua "History of Congregationalism", p. 588, o Dr. Dale escreve: "As velhas frases e definições calvinistas ainda estavam nos lábios dos Independentes quando Jorge

dependente é a concepção Trinitária de Deus como Pai, Filho e Espírito Santo; e a maioria dos Congregacionalistas aderem, ao menos implicitamente, a essa doutrina. Mas alguns há cuja doutrina da Pessoa de Cristo discrepa da Fé histórica cristã. Enquanto os sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor são geralmente observados, há Congregacionalistas que sustentam que a aceitação deles não deveria ser condição de adesão à Igreja”.

Em matéria de fato, os Congregacionalistas podem crer e praticar quase tudo o que desejarem; e reinam entre eles incríveis variações. Por anos o Dr. Orchard permaneceu no encargo da “King’s Weigh House” Congregacional em Londres, ensinando um mal disfarçado catolicismo, e observando formas de culto obviamente baseadas nos ritos romanos. A única autoridade de que ele necessitava era o assentimento da sua congregação. Outros Congregacionalistas podiam, porém, contentar-se com repudiar tôdas essas crenças e práticas, estando certos de que idéias totalmente diferentes prevaleciam nas suas Igrejas locais. Mas não podiam negar à “King’s Weigh House” igual direito a ser verdadeiramente representativa do “Congregacionalismo”.

TEOLOGIA DA NOVA-INGLATERRA

Quando os Puritanos chegaram às colônias americanas, de 1620 em diante, trouxeram consigo os postulados religiosos de Calvino. A sua queixa principal tinha sido contra aquilo que eles consideravam como fôrças opressivas por parte da autoridade eclesiástica; e o seu primeiro negócio no Novo Mundo foi a fundação de Igrejas independentes e autodirigidas. Eles não pensavam em duvidar das doutrinas calvi-

nistas, uniformemente sustentadas por Presbiterianos e Congregacionalistas igualmente.

Quando, pois, em Londres, a Assembléia de Westminster de 1643 publicou a sua "Confissão de Fé", tanto Presbiterianos como Congregacionalistas na América aceitaram-na como base doutrinária, embora divergissem, como o faziam os seus representantes na Inglaterra, sobre a questão de governo.

Mas, tendo galgado o poder na Inglaterra sob Oliverio Cromwell, os Independentes começaram agora a buscar conselho junto aos Congregacionalistas nas colônias, formulando-lhes perguntas sobre o "Sistema da Nova-Inglaterra" de fazer as coisas. Uma Declaração Americana de princípios afigurou-se necessária, se se devia pôr à disposição informação precisa. Ademais, nas próprias colônias, o aparecimento das Igrejas Batista e Presbiteriana exigia uma definição local da posição Congregacional.

Por isto, em 1648, os Congregacionalistas de Massachusetts redigiram a "Plataforma de Cambridge". Esta Declaração reafirmava os ensinamentos doutrinários da "Confissão de Westminster". Não havia nela nada de novo para a Inglaterra. Mas a "Plataforma de Cambridge" também consignava aquilo a que se tem chamado os "princípios permanentes do Congregacionalismo".

A "Plataforma de Cambridge" pode ser sumariada como segue:

1) A Palavra de Deus deve ser considerada como a autoridade final para todos os Congregacionalistas.

2) Cada Igreja local é uma organização que se basta a si mesma, não sujeita a nenhuma autoridade exterior.

3) Cada Igreja local, entretanto, deveria manter laços de amizade e fraternidade com as Igrejas da

vizinhança, e procurar conselho junto a elas nos assuntos mais sérios.

4) A base da Igreja local é o "Pacto" entre os seus membros.

5) O ministério é apenas representativo dos membros, e responsável perante êstes pelo modo como os deveres ministeriais são cumpridos.

Foi com esta exposição para os guiar que os Congregacionalistas na Inglaterra produziram a "Declaração de Savóia" de 1658, mais atrás mencionada, Declaração essa que os Congregacionalistas de Massachusetts adotaram por sua vez e oficializaram para si mesmos em 1680.

Em 1708, os Congregacionalistas de Connecticut publicaram a "Plataforma Saybrook", na qual também adotavam a Declaração de Savóia, que por longo tempo ficou sendo autoritária nas colônias, na medida em que alguma coisa pode ser chamada definida e autoritária para gente cujo princípio fundamental parece ser a rejeição de tudo quanto sabe a autoridade.

O GRANDE DESPERTAR

Durante os primeiros cem anos no Novo-Mundo, os Congregacionalistas tinham permanecido francamente ortodoxos nos ensinamentos calvinistas que haviam trazido consigo da Inglaterra e da Holanda. Mas a "disciplina religiosa" não se sustentara tão bem assim. O fervor declinara, e o relaxamento espiritual tornara-se larguissimamente difundido. Mas o "reviventismo" erigido por John Wesley na Inglaterra teve a sua contrapartida no "Grande Despertar" simultâneamente originado na América por Jonathan Edwards.

Jonathan Edwards nasceu em Connecticut em 1703, e aos 24 anos de idade fôra ordenado ministro Congregacional em Northampton, Massachusetts, em 1727.

Logo desde o comêço pregou contra o "Half-Way Covenant", que lhe parecia a fonte principal de corrupção na Igreja. Em Massachusetts, naquele tempo, o Congregacionalismo era a religião de Estado. E só podiam votar ou ocupar cargo público os que eram membros da Igreja. Mas, para ser membro da Igreja, era preciso produzir prova de haver experimentado "conversão", experiência da qual grande número estava completamente alheio. Esses não-regenerados exigiam um devido quinhão nos privilégios civis da comunidade; e, para atender a essa exigência, as Igrejas da Nova-Inglaterra introduziram um compromisso conhecido como o "Half-Way Covenant". Os não-regenerados, que não podiam professar haverem experimentado qualquer mudança espiritual, eram admitidos como membros parciais da Igreja desde que publicamente "pactuassem" freqüentar e apoiar a Igreja, embora não pudessem tomar parte na administração dos negócios da Igreja, nem participar da Ceia do Senhor. Por meio dessa agregação nominal, tais aderentes eram habilitados a votar politicamente, mas Jonathan Edwards denunciou o sistema inteiro como acarretando descrédito sôbre a Igreja. Pôs-se em campanha em favor de uma Igreja só dos membros regenerados; e, se não foi bem sucedido em abolir o sistema, foi bem sucedido em despertar em muitos o senso da conversão real.

Em 1740, George Whitefield, o pregador Metodista que fôra companheiro de John Wesley na Inglaterra, veio para Massachusetts, e transformou as chamas do movimento reviventista numa verdadeira conflagração. Uma onda de fervor varreu o país. Das

300.000 pessoas então existentes nas colônias, 25.000 foram "convertidas"; e os padrões morais da comunidade foram elevados.

Todavia, seguiram-se controvérsias. O novo interesse pela religião levou ao debate, exposição e alteração do Calvinismo por uma sucessão de teólogos, inclusive o próprio Jonathan Edwards. Este era, provavelmente, o maior deles; mas, se respirava nova vida dentro do Calvinismo, modificou-o consideravelmente; enquanto que outros que vieram após ele mitigaram-lhe ainda mais a severidade, acentuando o amor de Deus e o poder do homem para corresponder à graça divina. Tão distinto foi o novo tipo de doutrina, que foi chamado por um nome especial, o de "Teologia da Nova-Inglaterra". Mas ele era o começo de um movimento para fora do estrito Calvinismo, movimento que não pôde ser detido, e que prosseguiu lenta e progressivamente rumo ao liberalismo e a sua vasta perda de crença em toda religião sobrenatural e revelada.

Isto era quase inevitável. Doutrinas definidas não podem ser salvaguardadas por uma Igreja que rejeita expressamente tudo o que seja obrigação de subscrever um Credo. E, por sua própria natureza, o Congregacionalismo tanto exclui a possibilidade de um ensino autoritário como concede a todos os seus membros completa liberdade de adotar quaisquer modos de ver que preferam.

"Consoante a constituição do Congregacionalismo", escreve o Prof. Willard L. Sperry, "a qual foi o modelo de vida nas colônias da Nova-Inglaterra, qualquer grupo de crentes professos e de mesma mentalidade tem o direito de organizar-se numa Igreja, a qual, em matéria tanto de fé como de prática, é uma

lei para si mesma" ("Religion in America", p. 9). Mas quem podia definir o que os "crentes professos" deviam crer? E que garantia podia haver de que eles permanecessem "de mesma mentalidade"? De fato, eles não permaneceram. As doutrinas da Trindade e da Divindade de Cristo não tardaram a ser livremente repudiadas. Em 1805, um Unitário foi nomeado professor de teologia na Universidade de Harvard, verdadeiro baluarte do Congregacionalismo. Em 1815, os Unitários haviam invadido de tal modo as Igrejas Congregacionais, que conseguiram uma decisão judiciária concedendo-lhes posse das propriedades delas. Em Boston, de quatorze Igrejas Congregacionais duas se tornaram Unitárias, e cristãos não mais em qualquer sentido ortodoxo da palavra.

Tendências liberalizantes foram-se espalhando em todas as direções. O Congregacionalismo fundara três seminários teológicos, Andover, Yale e a Hartford School. Nenhum destes escapou ao contágio. O Seminário de Andover publicou em 1884 uma série de artigos sobre "Ortodoxia Progressista", na "Andover Review". Esses artigos advogavam o modernismo dentro do quadro da ortodoxia calvinista. Porém, significativamente, os escritores mais tarde abandonaram o termo "Ortodoxia", à medida que saíam da sua linha básica do Calvinismo. Eles deviam ser justamente "Progressistas".

O resultado dessas mudanças é que as doutrinas com que o Congregacionalismo começou estão-se tornando cada vez mais dissolvidas numa nova concepção puramente racionalista e naturalista. E. J. Gresham Machen não hesita em dizer, no seu livro "Christianity and Liberalism", que o teólogo liberal, depois de abandonar uma doutrina cristã após outra, no fim

achar-se-á com uma vaga religião natural tão completamente diferente do Cristianismo como pertencer a uma categoria inteiramente outra!

NECESSIDADE DO DOGMA

Os Congregacionais recusam ser obrigados por Cremos. Têm horror ao dogma. E a derivação para o Unitarismo, para o Liberalismo e para completa descrença tem sido, proporcionalmente, mais notável entre eles do que entre outros. Mas que outra coisa se pode esperar num sistema que recusa apoiar oficialmente qualquer ensino definido?

Escreve Sir Frederic Kenyon: "Há os que denunciam o "dogma" e dizem que só podem crer numa religião não-dogmática. Aparentemente eles não têm consciência de estar dizendo um contra-senso. "Dogma" quer dizer crença formulada. Tão justamente é dogma dizer "Creio num Deus", ou mesmo dizer "Não creio num Deus", como o é dizer "Creio nas proposições do Credo de Nicéia". Dizer "Creio numa religião sem dogma" é dizer "Creio, mas não creio em coisa alguma em particular" ("The Reading of the Bible", p. 91).

Acaso a experiência não mostra que grande número de pessoas que adotaram a atitude de só crer em religião não-dogmática no fim verificaram não ter religião em que crer? Tem sido dito que, se não se tem dogma, nunca se pode ter heresia. Isto é verdade, mas somente no sentido de que se pode escapar à acusação de deslealdade para com alguém não reconhecendo lealdade a ninguém!

Mr. Bernard L. Manning adota esta linha de defesa em "Towards Reunion", p. 72. Em louvor da "liberdade de opinião" Congregacional, diz ele: "Os

Congregacionalistas sustentam que, em matéria de simples história, tem havido menos cisma e menos desunião entre eles do que entre muitos cristãos”.

Ora, superficialmente isso é verdade. O “World Almanack” alista vinte Igrejas Batistas colidentes, quase o mesmo número de Igrejas Metodistas colidentes, e muitas divisões também das Igrejas Presbiterianas. Divisões tais não são arroladas sob o Congregacionalismo. Mas a própria negação feita pelo Congregacionalismo de não haver necessidade nenhuma de unidade orgânica, e a doutrina deles de que cada Igreja local deve ser independente das outras, é a aceitação do “cisma” em princípio. Cada Igreja Congregacional individual está em “estado de cisma”, ou de divisão, para com tôdas as outras Igrejas Congregacionais. Além disto, há muito mais desunião entre Congregacionalistas em matéria de crença, do que em qualquer outra parte. Eles simplesmente “concordam em divergir” onde os outros se sentem obrigados, em consciência, a insistir em algumas convicções definidas, com exclusão de negações demolidoras. Esses outros sentem-se chamados a defender aquilo que crêem, onde o Congregacionalismo sustenta que não importa aquilo que se crê. Nominalmente, sôbre as suas próprias normas — ou falta de normas — os Congregacionalistas escapam a acusações de cisma e de heresia entre si. Mas por que haveria o povo de chamá-los de qualquer outra coisa, quando o nome já possuído pela Igreja local é bastante elástico para cobrir tôdas as crenças e práticas concebíveis, embora diversas?

Enquanto isso, em resposta à pergunta “Que é de esperar que os Congregacionalistas creiam?” não há resposta que não seja conjuntamente demasiado vaga e demasiado geral para ser de algum auxílio ao pes-

quisador da verdade cristã definida. Acaso o ensino de Cristo foi tão tremendamente indefinido? Seguramente, nesta própria falta de ensino definido achamos uma das razões pelas quais o Congregacionalismo tem deixado de se expandir proporcionalmente às outras Igrejas que têm mantido normas doutrinárias positivas. Os Congregacionalistas tiveram a vantagem inicial. Estiveram entre os primeiros na América, com tudo diante de si. Mas o Calvinismo que eles trouxeram consigo falhou em empolgar até mesmo a eles. Eles se divorciaram d'ele, e não têm nada a que se apegar, ou que oferecer aos outros, no lugar d'ele. Será surpreendente que os algarismos mundiais para o Congregacionalismo, após três séculos e meio de existência sejam, de acôrdo com o "Christian Year Book" para 1947, apenas 2.495.000 co-membros co-mungantes, dos quais 1.140.824 pertencem aos Estados Unidos da América?

REMONTANDO AO COMEÇO

As vêzes é bom olhar para trás do caminho pelo qual viemos, parar mais uma vez nas encruzilhadas onde a trilha sôbre a qual estamos saiu fora da estrada batida, e perguntarmo-nos a nós mesmos o que nos adveio do nosso afastamento dela. Nos pensamentos de muitos que assim têm feito a nota de seriedade é inequívoca.

Na sua Introdução ao livro "Catholics and Non-conformists", de autoria de Vincent McNabb, O. P., o Dr. Nathaniel Micklem, Congregacional Diretor do Mansfield College, Oxford, diz: "Eu nunca penso do Protestantismo senão como de uma reforma da Igreja permanente. Houve, de fato, duas reformas, a Protestante e a Tridentina. O fato é que, quando vieram

as mui necessitadas reformas, o cisma implicado parece a nós agora quase um puro desastre. A grande Igreja medieval do Ocidente é a Mãe de todos nós”.

Essas palavras de um Congregacionista de tal posição como o Dr. Micklem são significativas do novo espírito que brota tanto entre Protestantes como entre Católicos, na sua abordagem de problemas que se deparam a todos os cristãos. Há uma verificação firmemente crescente de que as divisões da Cristandade são certamente uma violação das intenções de Nosso Senhor. Ele simplesmente não podia ter pretendido que aqueles que professam aceitá-lo como seu Divino Mestre, e amá-lo como seu Amigo e Salvador divino, estivessem em discrepância nas suas crenças religiosas e fôssem incapazes de unir-se em adoração como uma só família.

Mas, se, como diz com razão o Dr. Micklem, a Igreja Católica dos séculos é a Grande Mãe de todos nós, como é que nem todos professam mais ser seus filhos? Por ocasião da Reforma protestante, multidões se separaram dela, e prontamente começaram a separar-se umas das outras. Todavia, se tais divisões foram injustificáveis, em nenhum caso é necessário declarar que as corporações dissidentes foram as únicas partes culpadas. Houve provocações, abusos estabelecidos, e demora culposa em quaisquer esforços sérios para remediar tais abusos. A Igreja Católica, tão verdadeira e tão boa em si mesma, não era bem servida pelos seus funcionários. Entre eles havia simplesmente muitíssimos que eram dissolutos, avaros, indulgentes consigo, negligentes e tirânicos. Porém, mesmo supondo concedermos que, embora essas não fôsem razões justificáveis, ao menos propiciaram desculpas para cada separação de uma seita no tempo e nas circunstâncias em que ela teve lugar, o fato é que

os tempos e as circunstâncias mudaram. E as divisões estão-se provando uma fraqueza contra as incursões da descrença, e uma fonte de indizível confusão quer internamente quer nos campos de missão.

Há poucos cristãos refletidos que não sintam a necessidade de reconsiderar a situação inteira, e de perguntar se os primeiros reformadores protestantes andavam certos, não em procurar reforma, mas nos meios que adotaram para efetuá-la.

PRINCÍPIO ERRADO

Os primeiros pretensos reformadores naturalmente se volveram para o Novo Testamento para verem como a Igreja se apresentava nos tempos Apostólicos. E acharam ali uma simplicidade que parecia muito dissemelhante da organização desenvolvida da Igreja como esta aparecia nos nossos tempos. Veio-lhes então o pensamento enganoso de que êles deveriam tentar refazer uma cópia exata da Igreja primitiva. Mas deixaram de estudar o Novo Testamento com suficiente cuidado.

Trabalharam sôbre um princípio errado. Tomaram como pressuposto que quaisquer desenvolvimentos na organização da Igreja nos tempos pós-apostólicos eram necessariamente de invenção puramente humana, e portanto eram desvios da vontade de Cristo antes que incremento e cumprimento dos princípios d'Ele sob a direção do Espírito Santo. Sem dúvida houve desenvolvimentos. Se a Igreja era uma coisa viva, crescente, não podia senão desenvolver-se. Não é êste o problema. O que temos de perguntar é se o incremento subsequente foi verdadeiro para o tipo e esteve plenamente de acôrdo com a espécie de Igreja

cuja fase inicial, e só êste, é descrito no Novo Testamento.

O próprio Congregacionalismo, como vimos neste livrinho, desenvolveu-se de muitíssimas formas durante os três séculos e meio da sua existência. Ninguém poderia ser um Congregacionista, hoje em dia, que objetasse contra o desenvolvimento em princípio. E, se o desenvolvimento do Congregacionalismo durante os séculos passados não oferece dificuldade, por que então deveria ser repudiado o desenvolvimento da Igreja durante os três primeiros séculos?

Por outro lado, o desenvolvimento do Congregacionalismo não foi verdadeiro nem mesmo para o seu próprio "tipo". Mudança após mudança têm-no afastado dos princípios de Calvino nos quais a princípio êle professava basear-se, ao passo que o desenvolvimento da Igreja durante os três primeiros séculos da sua existência não envolveu semelhante afastamento dos princípios apostólicos, como veremos dentro em momentos.

Foi também uma idéia errada, da parte dos reformadores protestantes, que êles deviam recuperar e reproduzir um exato modelo da Igreja primitiva. Mesmo se êles fôsem bem sucedidos em fazê-lo, e não o foram, a sua Igreja não serviria para um mundo tão totalmente diferente do mundo dos tempos apostólicos. Isso seria tão incongruente e inconveniente como um homem de sessenta anos insistir em usar as roupas feitas para êle quando tinha seis anos!

A IGREJA PRIMITIVA

Mas será que os "Independentes", os primeiros Congregacionistas, entenderam o Novo Testamento? A verdade é que, com o seu forte desejo de uma organiza-

ção simples de Igreja, eles leram no Novo Testamento os seus próprios desejos, ignorando as evidências dêle de ordem e autoridade. Ninguém pode achar no Novo Testamento vestígio qualquer de Igrejas "Independentes". As Igrejas locais na cristandade originária, como descritas nos Atos dos Apóstolos, não eram separadas nem autodirigidas, senão organicamente unidas por um governo comum.

Assim A. C. Headlam, autoridade protestante que dedicou profunda investigação a êste assunto, diz: "Com alguma insistência é pretendido por certos escritores que a Igreja primitiva era Congregacional. Não há nenhum traço de evidência para a idéia de que o todo fôra construído da contemplação ou amálgama das unidades separadas. A Igreja local, embora tivesse um elemento congregacional, não era Congregacional. Não era uma unidade fora da qual a Igreja era construída, mas sim a representante local da Igreja única, que era anterior tanto em vida como em idéia, como sociedade organizada" ("The Doctrine of the Church and Reunion", p. 89).

Nem tampouco há na Escritura qualquer evidência de uma Igreja "democrática", com governo "do povo, pelo povo e para o povo". A Igreja era essencialmente uma Instituição Divina, com autoridade recebida de Deus. Não a vontade do povo, mas sim a Vontade de Deus, manifestada por intermédio dos dirigentes da Igreja, é que devia ser a fonte de direção. Por isto o Concílio de Jerusalém falou com autoridade, e decidiu em que condições os Gentios podiam ser admitidos na Igreja onde quer que ela fôsse estabelecida. Tôdas as ordenações são feitas pelos Apóstolos ou por aquêles mesmos que foram ordenados pelos Apóstolos. S. Paulo "nomeou" Timóteo e Tito para igrejas que êle próprio estabelecera; não hou-

ve "chamado" por parte das congregações nos lugares para os quais S. Paulo os nomeou. E S. Paulo nomeou-os para "governar", e governar com autoridade divinamente recebida, e não como autorizados pela congregação para agir em nome desta.

DESPREZO DA AUTORIDADE

E a que foi que a abolição da autoridade conduziu? Se cada um pode ordenar as suas crenças e prática de acôrdo com a sua própria idéia daquilo que o Cristianismo implica, acaso não haverá tantas opiniões como indivíduos, conduzindo a uma completa perda de confiança na possibilidade de se chegar a qualquer verdade objetiva? Vimos como, repetidas vêzes, na história Congregacional, o liberalismo em teologia levou primeiro ao Unitarismo, negando a doutrina da Trindade, e a da Divindade de Cristo. Desde então, em inúmeros casos, êle tem ido muito mais longe. Muitos chegaram a negar a verdade da Bíblia, substituindo a revelação sobrenatural pela experiência religiosa subjetiva. E, desde então, a opinião liberal simplesmente sobejas vêzes tem chegado a despersonalizar Deus, tornando-o uma mera "Fôrça Cósmica" cega. O senso do pecado foi perdido. E foi abandonada a idéia de que o homem precisa de redenção em qualquer sentido da palavra que possa ser chamado cristão.

Escrevendo a respeito da sua Igreja Presbiteriana, o Dr. J. Gresham Machen diz que a diferença entre o Presbiterianismo e o Catolicismo é insignificante comparada com o abismo existente entre os ministros Presbiterianos-Ortodoxos e os Presbiterianos-Liberais; porquanto "liberalismo naturalista absolutamente não é Cristianismo" ("Christianity and Liberalism", p. 52). Que muitos Congregacionalistas estão começando a com-

partilhar semelhantes modos de ver, é evidente pelas palavras de um dos seus mais reputados "líderes", o Rev. Dr. P. T. Forsyth. Escrevendo sobre "Autoridade e Religião", declara êle sem hesitação que nenhuma forma de religião pode viver na sociedade moderna sem ter uma teologia. Nenhuma Igreja Cristã pode suportar latitude ilimitada em crença. Somos forçados, diz êle, a perguntar que parte do Credo tradicional é permanente; e exprime ansiedade quanto a salvar o Protestantismo de um cego subjetivismo, que por sua própria natureza tende a uma progressiva desintegração e final dissolução.

CONCLUSÃO

Em 1931, o Dr. W. E. Orchard, então ministro Congregacional da King's Weigh House, Londres, escreveu em "Why I am not a Catholic", p. 216: "Não alimento a ilusão de que a Reforma tenha reformado a Igreja, ou de que o Regime Elisabetano tenha regulado qualquer coisa. O "estabelecimento" da Igreja da Inglaterra resultou somente numa separação, dela mesma, de muitos dos seus mais ardorosos membros. A tendência desagregadora que se manifestou no Protestantismo, seja qual fôr a base em que tenha procurado edificar, a geral confusão doutrinária da Igreja da Inglaterra, e a debilitante vagueza consequente à rejeição de toda autoridade doutrinária que agora aflige a Não-conformidade, tudo isso fala por si mesmo. Enquanto isso, a Igreja Romana persiste, e é talvez a única Igreja que está fazendo um real avanço, tanto em número como em prestígio. Sem embargo, não é esta toda a história".

Passa o Dr. Orchard a alinhar as dificuldades, teológicas e históricas, que ainda o impediram de trocar

o seu Congregacionalismo pelo Catolicismo. Ele admitiu que a sua posição requeria a aceitação da idéia de que a Igreja de Cristo se tornara exteriormente dividida, a despeito do fato de o Novo Testamento claramente ensinar que isso não deveria ser, e que Cristo rogara que tal não fôsse. Mas, finalmente, persuadiu-se de que a possibilidade de tal desastre não estava excluída.

Dentro em dois anos, contudo, ele resolvera as suas dificuldades restantes, e publicara a história da sua conversão à Igreja Católica no seu livro "From Faith to Faith". Aí ele nos diz como veio a se dar conta de que "a heresia, mesmo quando contém alguma verdade, como geralmente acontece, acentua esta com exclusão ou desprezo de outras verdades igualmente vitais, consequentemente desintegra o sistema inteiro da verdade cristã, eventualmente solapa os próprios fundamentos dêste, e acarreta consigo grande perigo não só para a religião como também para todo pensamento, liberdade e progresso" (p. 181).

Contudo, mesmo depois de se haver convencido de que a plenitude da verdade só devia ser achada na Igreja Católica, ele ainda hesitou. Sentiu-se tolhido pelo pensamento que a tantos acudira antes dêle. Não seria melhor ficar onde estava, ajudando os outros a verem o que ele via, e assim trabalhar em pró de um posterior e maior movimento rumo à reunião Católica?

Mas então outro pensamento lhe veio, o do "lema que iniciou e sancionou o Congregacionalismo", a "Reforma sem demora para ninguém", de Robert Browne. Browne recusara ficar na Igreja da Inglaterra com a facção puritana, assim esperando moldar o Anglicanismo numa direção mais protestante. Desesperando dêsse processo lento, julgou de seu dever romper imediatamente com a Igreja da Inglaterra existente e se-

vir a sua própria consciência. Não deve, pois, a "Reunião sem demora para ninguém" ser uma obrigação muito maior para alguém que viu que o Anglicanismo e o Congregacionalismo e todas as formas de Protestantismo tinham sido um engano desde o início, e depois se movera sempre ao longo de linhas erradas? Uma vez que se fizera claro a um homem que era necessário um regresso àquela grande Madre Igreja da civilização cristã que nunca deveria ter sido abandonada, não estava ele obrigado a submeter-se a essa Igreja, fosse lá o que fosse que outros escolhessem fazer?

Por isto o Dr. Orchard sentiu-se constrangido a fazer-se católico, de acordo com as convicções individuais e pessoais que se haviam tornado suas.

Outros Congregacionalistas seguiram o seu exemplo, e acharam para si mesmos a certeza, a profunda experiência devocional e a nova inspiração para os mais altos ideais da vida cristã, os quais a Fé Católica atea dentro das almas de todos os que receberam a graça de fazê-la parte de suas vidas.

Seguramente, a leitura e a releitura deste livrinho dará alguma indicação da razão pela qual eles volveram os seus pensamentos em tal direção. Não sugere ele estudo similar dessa Fé Católica, com fervorosas preces para que, se realmente as pretensões dela são justificadas, ninguém mais possa ser deixado sem ela? Porque, então, ser deixado sem ela seria carecer daquilo que não pode ser senão o mais precioso dos dons de Deus à humanidade, a religião de Cristo Nosso Senhor, em toda a plenitude da sua verdade e beleza e bondade.

A Igreja é o prolongamento de Cristo na terra. Dos bens divinos que Ele trouxe ao homem — luz da fé para as inteligências, graça de regeneração para a vida sobrenatural das almas — ela é a destinada a perpetuar através das gerações os benefícios da Redenção, Cristo confiou-lhe o poder de magistério infalível que preservasse os seus ensinamentos das corrupções humanas; organizou-a de modo visível a tôdas as consciências sinceras que buscassem luz e paz; e estabeleceu-a inamovivelmente sôbre uma autoridade indestrutível que lhe assegurasse, com um centro de unidade, a duração, a vida, a fôrça, a integridade da fé na diciplina da ordem. Magnificamente S. Agostinho: "na cátedra da unidade pôs Deus a doutrina da verdade, *in cathedra unitatis doctrinam posuit veritatis*".

Rasgar a túnica inconsútil desta sociedade santa, tecida pelas mãos divinas, erguendo soberbamente o próprio individualismo, frágil e oscilante, contra a unidade, preservadora da fé e do amor, é tentar voluntariamente contra a obra de Cristo e colocar-se fora do seu plano redentor. As vestiduras da fé cristã, já dizia o grande bispo de Cartago, S. Cipriano, não poderá possuí-las que divide e dilacera a Igreja de Cristo. *Possidere non potest indumentum Christi qui scindit et dividit Ecclesiam Christi*".

Eis o pecado inexpiável do protestantismo e a fonte originária de tôdas as suas desgraças. As paixões dos grandes revoltados do século XVI obscureceram os esplendores incompreendidos desta economia divina e,

num gesto fatal, destruíram, quem sabe por quanto tempo, a unidade espiritual da inteira família humana. O Cristianismo assim diminuído entrou rapidamente a desintegrar-se, preparando nas almas desamparadas de certezas superiores o caminho ao ceticismo, à indiferença, à ausência de vida religiosa, sólida e profunda, a este vazio indescritível que aflige tanta parte do nosso mundo contemporâneo. Quem se der ao trabalho de comparar o símbolo de Nicéia com a *Essência do cristianismo* de H a r n a c k poderá medir a distância percorrida e sondar os abismos de negação, abertos pelo protestantismo na sua marcha destruidora do Evangelho.

Aqui está, com a grande culpa, o erro fundamental dos Reformadores. As discussões sobre imagens ou reliquias, transubstanciação ou consubstanciação, purgatório ou invocação dos santos, são secundárias em confronto da questão fundamental que decide da própria existência de todo e qualquer protestantismo. Cristo mandou escrever um Evangelho e atirá-lo, indefeso, ao capricho de tôdas as interpretações individuais, ou fundou uma instituição permanente, conservadora fiel da sua doutrina e transmissora autorizada de sua vontade, baluarte da verdade revelada, e cidade visível às almas que O procurassem? Na hipótese da religião cristã indentificar-se com um livro, que cada individuo interpreta a seu talante, Cristo teria fundado uma religião, sem organização social, sem unidade nem autoridade, teria dividido em lugar de unir, dispersado em vez de concentrar, semeado entre os homens, não os benefícios da paz, mas os germes de discórdias infinitas e inevitáveis, abandonando as almas a tôdas as angústias e torturas da dúvida a respeito de todos os ensinamentos e preceitos, cuja observância, no entretanto, Ele proclamara indispensável à salvação. Nesta hi-

pótese o protestantismo teria razão, e, apesar de suas antinomias internas, teria encontrado no século XVI o segredo do cristianismo perdido havia 1500 anos. Se, porém, o divino Salvador fundou uma instituição permanente; se lhe prometeu a assistência infrustrável de seu Poder a fim de que continuasse a ensinar pelos séculos afora o que Ele houvera ensinado, se que nunca, contra ela, pudessem prevalecer as forças do do mal, se Jesus fundou uma Igreja, a sua Igreja, *Ecclesiam meam*, depositária de sua fé e de sua graça, então o protestantismo está fora desta Igreja e portanto do caminho da verdade. Como S. Cipriano no século III, podemos hoje repetir-lhe: "não pode possuir a Cristo quem dilacera e divide a Igreja de Cristo".

Pe. Leonel Franca, S. J., *Catolicismo e Protestantismo*. 2ª ed., pp. 27 ss.

INDICE

Os congregacionalistas	5
Fundo de cena puritano	7
Robert Browne	9
Separatistas ingleses	11
Tempos pós-elisabetanos	13
Os peregrinos do Mayflower	14
Desenvolvimentos americanos	16
Ordem eclesiástica	19
O ministério	22
Ensinamentos	25
Teologia da Nova Inglaterra	28
O grande despertar	30
Necessidade do dogma	34
Remontando ao começo	36
Princípio errado	38
Igreja primitiva	39
Desprêzo da autoridade	41
Conclusão	42

